

## Revisitando o Debate Sobre o Cálculo Econômico: Breve Exploração da Pista Epistemológica

Mateus Bernardino de Souza

Université Paris 1 Panthéon Sorbone.

E-mail: bernardinomateus@yahoo.fr

**Resumo:** O artigo revisita o debate sobre o cálculo econômico a partir de uma exploração dos aspectos epistemológicos e institucionais envolvidos. As objeções à teoria de Mises são classificadas em duas modalidades: soluções triviais e soluções não-triviais, que são apresentadas e comparadas sistematicamente. Com isso, pretende-se contribuir para que a diferença entre o paradigma dominante da economia representado nas soluções de socialismo de mercado e a escola austríaca, uma das principais lições do debate sobre o cálculo econômico, fique ainda mais nítida para o público.

**Palavras chaves:** Cálculo Econômico, Mises, escola austríaca, escola neoclássica.

**Abstract:** *The paper revisits the debate on the economic calculation from an epistemological and institutional perspective. The critiques against Mises's theory are classified into two categories: trivial and non-trivial solutions. They are presented and systematically compared. The aim is to contribute to explicit the difference between the dominant paradigm in economics represented by the market socialism solutions and the Austrian school of economics.*

**Key words:** *economic calculation, Mises, Austrian school, neoclassical school*

**JEL Classification:** *B25, B53, P50.*

### 1. INTRODUÇÃO

Ao formular sua teoria expondo a impossibilidade do cálculo sob socialismo, Ludwig Von Mises reinou um debate sobre a viabilidade do socialismo e sobre as condições para racionalidade do cálculo econômico, no tempo. Além de levantar questionamentos valiosos para o desenvolvimento da teoria econômica, o debate será um marco importante para o desenvolvimento da própria Escola Austríaca (EA). Na verdade, por mais que a EA tenha raízes comuns conduzindo ao surgimento do marginalismo neoclássico, foi durante o debate sobre a racionalidade para o cálculo econômico que emergiram e se apresentaram de forma mais clara algumas de suas particularidades. O debate permitiu que aflorassem algumas das principais diferenças de caráter epistemológico, metodológico e conceitual que marcariam a tradição austríaca em comparação com as demais correntes de pensamento, principalmente com o caminho que tomara a tradição neoclássica. O debate deu impulso ao seu desenvolvimento enquanto escola de pensamento, doravante mais em paralelo do que dentro do *mainstream acadêmico*<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> De fato, se considerarmos a organização das ciências segundo um modelo Khuniano de *paradigma hegemônico dominante* e o aplicarmos à ciência econômica, dificilmente poderíamos conceber a Escola

A literatura sobre a racionalidade para cálculo econômico que seguiu a teoria miseana é relativamente extensa. O artigo original de Mises foi apenas o ponto de partida para um debate acadêmico rico em contribuições. Por um lado, o debate formalizava questões, propunha respostas e diferentes perspectivas para abordagem do problema calculacional. Ele refletia, portanto, a busca acadêmica pelo desenvolvimento da teoria econômica. Nesse sentido, diversos autores propuseram teorias e métodos buscando solucionar o problema calculacional. Muitos tentaram demonstrar onde e por que a teoria miseana estava errada, ou como poderíamos responder ao problema miseano através das ferramentas de estudo encontradas na análise econômica, tal foi o caso de Oskar Lange (1936). Outros autores, em contrapartida, buscaram não somente validar as contribuições miseanas mas ainda desenvolver seus principais argumentos teóricos, tal foi o caso de F. A. Hayek (1935).

Por outro lado, e do ponto de vista político, a busca por uma solução ou contestação da teoria miseana encontrava estímulo no desejo que os intelectuais e acadêmicos tinham de pôr devidamente em aplicação um sistema econômico socialista, por mais que para a mentalidade revolucionária marxista este tipo de problema fosse secundário, pelo menos, até o artigo de Mises. O próprio Ludwig Von Mises dedicou, posteriormente, alguns de seus escritos ao tratamento das respostas e eventuais soluções apresentadas ao problema levantado em sua teoria sobre a impossibilidade do socialismo. Encontramos, já nas obras de Mises, os principais elementos de resposta à maioria das hipotéticas refutações de sua teoria.

Buscando revisitar este importante debate acadêmico, este artigo apresentará de forma introdutória as principais objeções teóricas e conceituais que buscaram responder à teoria de Von Mises e, da mesma forma, algumas das respectivas respostas austríacas às objeções levantadas. Classificaremos as objeções à teoria miseana como **soluções triviais e não-triviais**, em função da utilização do arcabouço teórico neoclássico<sup>2</sup>.

---

Austríaca (EA) como um verdadeiro *paradigma alternativo*. Embora desempenhem papel fundamental no mundo acadêmico e na comunidade científica, a Economia Institucional, a Economia Keynesiana, a Economia Marxista, o Historicismo, a EA e outras não estão à altura do paradigma hegemônico dominante compondo o *mainstream* acadêmico. Elas são *não-paradigmáticas* nos termos Khunianos de definição do paradigma das ciências. São escolas de pensamento que auxiliam na resolução de problemas aplicados irresolutos, propõem mudanças, instigam à reflexão, apontam equívocos, buscam competir, arejam o pensamento teórico e ajudam no desenvolvimento do *paradigma da economia* representado pelo que os professores Fábio Barbieri e Ricardo Feijó (2013) descreveram como *paradigma da economia matemático-estatística do equilíbrio maximizador*. E efetivamente, o debate sobre o cálculo econômico foi um marco importante para o desenvolvimento da EA enquanto escola de pensamento estabelecendo-se por vezes em paralelo ao paradigma dominante e eventualmente integrando contribuições ao mesmo. Foi exatamente em resposta às soluções propostas pelos “socialistas de mercado” à teoria miseana do cálculo que se estabeleceram e se alicerçaram mais visivelmente algumas das teorias austríacas modernas sobre a teoria do conhecimento, o método apropriado para as ciências sociais, o papel das instituições, a teoria do valor, o entendimento dos processos de mercado, da concorrência, da formação e significado dos preços e etc. Ao longo do debate se forjaram algumas de suas diferenças epistemológicas, metodológicas e desenvolvimentos teóricos específicos, não raramente extrapolando ou se situando fora dos paradigmas neoclássicos tradicionais. Sobre a EA e o método, ver: BARBIERI, F.; FEIJÓ, R. **Metodologia do pensamento econômico**. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

<sup>2</sup> A trivialidade reside na ideia das propostas de solução ao problema calculacional terem sido ou não respondidas no próprio artigo original de Ludwig Von Mises, e no fato de que nem todas baseavam-se nos

Passaremos brevemente pelas soluções triviais, acrescentando às críticas miseanas sua interpretação segundo o problema do conhecimento, que deve muito às colaborações de F. A. Hayek<sup>3</sup>. Em seguida, apresentaremos as soluções não-triviais e as críticas austríacas aos modelos de “socialismo de mercado”, primeiramente nos fundamentando na questão epistemológica e depois, em outro artigo, em uma apresentação da perspectiva institucional que, aos nossos olhos, é mais conforme ao argumento miseano original, por mais que talvez não tenha sido tão bem apreciada e difundida entre os pesquisadores quanto as contribuições hayekianas associadas à teoria do conhecimento.

Não seguirei forçosamente um padrão cronológico, e nem organizarei a análise em função da natureza das fontes da literatura (primária e secundária), ou segundo qual autor teria promovido tal ou tal outra contribuição. O interesse aqui é simplesmente apresentar os principais mecanismos teóricos – e questões aplicadas – facilitando a compreensão dos argumentos veiculados nas objeções socialistas e nas próprias críticas austríacas. Isto facilitará que apreendamos os principais pontos de discordância entre a escola austríaca e o paradigma dominante da economia representado nas soluções de socialismo de mercado.

## 2. SOLUÇÕES TRIVIAIS: CÁLCULO EM ESPÉCIES E EM HORAS DE TRABALHO

### 2.2. O Cálculo em Espécie

O cálculo *in natura* propõe a utilização das grandezas que expressam unidades físicas dos bens e serviços para realização de estimações sobre a viabilidade de projetos produtivos e planos de ação<sup>4</sup>. Ignorando a necessidade de um padrão monetário, nos

---

desenvolvimentos mais recentes da teoria econômica, notadamente referentes à revolução marginalista. Isto quer dizer que tais soluções não satisfaziam nem os postulados modernos da teoria do valor, e conseqüentemente, a formação dos preços em economia concorrencial, a aplicação apropriada do cálculo na margem ou a incorporação adequada dos postulados de subjetividade alicerçando o raciocínio econômico moderno. É possível obter um recolho mais detalhado sobre as contribuições austríacas à teoria do valor em: IORIO, U. **Economia e liberdade**. 2. Ed. São Paulo: Forense Universitária, 1997 (1994), p. 79.

<sup>3</sup> A teoria miseana tomada a partir do problema do conhecimento sugere que “o problema colocado pelo socialismo é estritamente econômico: surge quando existem muitos fins e meios que competem entre si e quando o conhecimento em relação a eles se encontra disperso na mente de inúmeros seres humanos e está constantemente sendo gerado *ex novo*, sendo que não é sequer possível conhecer todas as alternativas existentes nem a intensidade relativa com que se pretende perseguir cada uma delas. Quando pretende resolver um problema de maximização, o engenheiro assume sempre que existem alternativas no mercado e preços de equilíbrio, e que ambos são conhecidos. Mas o problema econômico é muito distinto e consiste precisamente em descobrir quais são as alternativas de fins e meios, bem como os preços de mercado no futuro. Ou seja, o problema está em obter a informação necessária para visar e resolver o problema técnico. O cálculo econômico é uma estimativa possível graças à informação que o processo empresarial cria e gera constantemente, e se este processo é impossibilitado pela força, a informação não surge e o cálculo econômico se torna impossível.” Ver: DE SOTO, J. H. **Socialismo, cálculo econômico e função empresarial**. Tradução para o português realizada por Nuno de Carvalho e Bruno Garschagen, Instituto Ludwig Von Mises Brasil: São Paulo 2013 (1992), p. 156.

<sup>4</sup> Os principais autores tendo teorizado e respondido ao desafio miseano através da proposta do cálculo *em espécie* foram Bukharin e Preobrazhensky [BUKHARIN, N.; PREOBRAZHENSKY, E. **The ABC of Communism**. London: The Communist Party of Great Britain, 1922.], e Otto Neurath [NEURATH, O. *Through War Economy to Economy in Kind*. **Empiricism and Sociology**, Dordrecht e Boston: Reidel Publishing, 1973]. Para mais detalhes bibliográficos e referências ver: HOFF, T. J. B. **Economic Calculation in the Socialist Society**, London-Edinburgh-Glasgow: William Hodge and Company Limited, 1949.

basearíamos nessas grandezas mensuráveis e informações quantitativas para ter uma idéia do quanto consumiriam em recursos os projetos produtivos e os planos de ação, realizando a partir disso estimativas sobre seus custos relativos, esquemas de valoração e viabilidade econômica, o que fomentaria uma racionalização e racionalidade alocativa, no tempo.

O primeiro obstáculo, entretanto, como apontara Mises em seu artigo original, é que essas unidades de conta não são facilmente comparáveis e racionalizáveis aritmeticamente entre si. A título ilustrativo, pensemos no processo que consistiria em somar Quilowatts e Quilogramas, para em seguida dividir isto por Litros, e depois multiplicar o total por Metros Quadrados e etc. Dificilmente poderíamos, a partir dessas avaliações, propor relações e esquemas representativos consistentes de valoração para uma análise dos modos organizacionais, dos índices de produtividade, de rentabilidade, da dinâmica dos fluxos, ou ainda, estimações sobre as amortizações e outros elementos necessários ao estudo comparativo dos planos de ação e de alocação dos recursos, no tempo. Por não dispormos de um padrão monetário – o que quer dizer que nenhum bem econômico seria utilizado como meio universal para as trocas indiretas, para afetação e conservação de valor ou composição de reservas –, teríamos dificuldade de avaliar em unidades homogêneas e *em espécies* as mudanças dos parâmetros de valoração, por exemplo, em função da escassez relativa ou da descoberta de novas técnicas produtivas, de antecipação ou evolução efetiva das forças de mercado. Unidades heterogêneas de conta conduzem a estimativas e valorações pessoais imprecisas, e uma vez que não disporíamos de um *index* monetário permitindo racionalizar uma infinidade de bens de consumo e de produção entre si, isto conduziria a distorções sobre as próprias estimações realizadas dos planos de ação e das escolhas alocativas, e influenciaria a decisão sobre as devidas remunerações dos fatores, no tempo. Em seu artigo original, Mises deu ênfase à ideia de que a dificuldade principal reside justamente nas alocações envolvendo bens de escala mais alta, bens mais distantes do consumo final e compatíveis com processos produtivos de economias desenvolvidas<sup>5</sup>. Conforme a economia fosse se

---

<sup>5</sup> Não se trataria meramente da impossibilidade do indivíduo hierarquizar ou estabelecer parâmetros de preferência e valoração em função da própria quantidade de bens econômicos: “é evidente que, mesmo em uma sociedade socialista, 100.000 litros de vinho são preferíveis a 80.000; e não é difícil se decidir entre 100.000 litros de vinho ou 500 de azeite. Não é necessário sistema algum de cálculo para se estabelecer o seguinte fato: o elemento determinante é a mera vontade dos agentes econômicos envolvidos. Porém, uma vez que essa decisão tenha sido tomada, a verdadeira tarefa da orientação econômica racional está apenas começando — isto é, como colocar economicamente os meios a serviço dos fins. Isso só pode ser feito com algum tipo de cálculo econômico. A mente humana não é capaz de se orientar a si própria adequadamente ao longo de toda a atordoante massa de produtos intermediários, bem como dentre todas as potencialidades de produção, sem tal ajuda [...] É uma ilusão imaginar que, em um estado socialista, o cálculo *in natura* pode substituir o cálculo monetário. O cálculo em espécie, em uma economia sem trocas, pode abranger somente os bens de consumo; ele fracassa completamente quando tem de lidar com bens de ordem mais alta. E tão logo se abandone a idéia de preços monetários livremente estabelecidos para os bens de ordem mais alta, a racionalidade na produção se torna completamente impossível. Qualquer medida que nos afaste da propriedade privada dos meios de produção e do uso do dinheiro, também nos afasta da racionalidade econômica.” Ver: MISES, L.V. **O cálculo econômico sob socialismo**. Tradução de Leandro Augusto Gomes Roque. Instituto Ludwig von Mises. Brasil: São Paulo, 2012 (1920), p. 28:29.

tornando mais complexa, intensa em capital e extensa em relação à diversidade do tecido produtivo e divisão intelectual e corporal do trabalho, mais difícil seria.

Em seguida, e desde a perspectiva do problema do conhecimento, essa impossibilidade não decorre meramente da dificuldade teórica e prática de realização do cálculo através de um complicado sistema de equiparação e assimilação de quantidades e unidades de mensura tendo natureza heterogênea. Por mais que seja importante o argumento fundamental implicando que, hipoteticamente, não encontraríamos um meio seguro e facilmente assimilável de calcular *em espécie* e realizar as operações matemáticas com quantidades heterogêneas na ausência de denominador monetário comum, trata-se de um argumento complementar. No tempo, o cerne do argumento miseano da impossibilidade do cálculo econômico em ausência das instituições da propriedade, da moeda e dos mercados (preços) residiria na ausência da informação empresarial e no caráter subjetivo, disperso e inarticulável de grande parte do conhecimento prático humano, informação tácita cuja emergência está intimamente associada à liberdade de ação e empreendimento.

Em suma, o cálculo *em espécie* não é uma base fiável para o cálculo racional principalmente porque não existe um denominador comum permitindo ajustar e comparar propriamente os processos de valoração. Não é possível realizar – ainda mais em economias onde o grau de complexidade atinge os patamares das economias capitalistas – cálculos acertados entre quantidades heterogêneas sem utilizar-se de uma unidade monetária como denominador comum. E mesmo que não existisse tal dificuldade teórica e prática, segundo o problema do conhecimento, permaneceria logicamente impossível – na ausência das instituições da propriedade – conseguir produzir e recolher de forma centralizada toda a informação necessária para devida racionalização e coordenação dos planos de ação.

### 2.3. O Cálculo em Horas de Trabalho e a Definição de Utilidade na Moderna Teoria do Valor

A solução buscando resolver o problema do cálculo econômico em **horas de trabalho** significa o uso de um padrão de valor retirado do trabalho. Esse padrão serviria de referência para estimação da viabilidade dos planos de ação e projetos produtivos, notadamente por fundamentar um parâmetro comum para contabilidade dos custos incorridos ao longo dos processos organizacionais<sup>6</sup>. Ignorando igualmente a necessidade de um padrão monetário, nos basearíamos em unidades físicas de trabalho para contabilizar os custos e valorações relativas. Um projeto produtivo se torna comparativamente melhor que outro para atingir determinado objetivo se, para tal propósito, ele requer um número mais econômico, digamos, de horas de trabalho e mão de obra empregada.

---

<sup>6</sup> Os principais autores tendo teorizado e respondido ao desafio miseano através da proposta do cálculo em horas de trabalho foram Otto Leichter [LEICHTER, O. *Die Wirtschaftsrechnung in der sozialistischen Gesellschaft*. Wiener Volksbuchhandlung: Vienna, 1923.] e Walter Schiff [SCHIFF, W. *Die Planwirtschaft und ihre ökonomischen Hauptprobleme*. Heymanns: Berlin, 1932.]. Ver bibliografia detalhada em: HOFF, J. B. *Ibid.* p. 252:257.

Esta solução trivial sofre em teoria e na prática das mesmas limitações que o cálculo em espécie. Em primeiro lugar, o trabalho não é uma unidade homogênea e uniforme permitindo a valoração dos bens. Ele não é um denominador comum, por mais que, com intuito de conferir, a partir disso, um *index* universal e referencial para as trocas indiretas e para valoração, o denominemos “horas de trabalho”. Não é possível determinar *ex-ante* e fora dos processos de mercado uma valoração adequada para a remuneração de algum tipo de trabalho, e nem a “quantidade de trabalho socialmente necessário” para a produção dos bens de consumo e de produção<sup>7</sup>.

Em seguida, mesmo imaginando que fosse possível determinar um *index* universal e suficientemente flexível e representativo da valoração em horas de trabalho, isto não resolveria a questão procurando saber como valoraríamos adequadamente o trabalho em função dos bens de capital e da produtividade. Pior que isso, e mesmo que aceitássemos que as horas de trabalho têm, a título ilustrativo, valoração homogênea e universalizável, continua sendo necessário um mecanismo permitindo a estimação dos bens de capital e dos processos produtivos envolvendo recursos naturais. Como valoraríamos apropriadamente os bens de capital, as terras e os recursos naturais em termos de horas de trabalho? E mesmo que admitíssemos que exista um meio de auferir apropriadamente valor a esses bens através das horas de trabalho, seria mantido o problema fundamental do conhecimento consistindo na impossibilidade de que um planejador produza e obtenha a informação prática relevante e dispersa entre milhões de indivíduos em ausência de atividade empresarial. Continuará havendo o mesmo problema da impossibilidade da racionalidade para o cálculo econômico, no tempo.

E este mesmo problema encontraríamos nos casos em que são propostos *indexes* fundamentados em **termos de utilidade**. O problema para racionalidade do cálculo permanece pois, como explica a moderna teoria do valor, a utilidade é uma magnitude intensiva e não extensiva, ela não serve de padrão homogeneizável e universalizável. Não é verdadeiramente possível mensurar uma quantidade de utilidade: a teoria do valor esboçando as leis sobre o cálculo marginal e utilidade marginal não postula qualquer unidade geral de valor permitindo que seja realizado o cálculo econômico. A teoria moderna explica que não é possível medir a utilidade, mas apenas comparar subjetivamente a utilidade que advenha das estimações de diferentes cursos de ação e projetos produtivos, durante a tomada decisão. Qualquer espécie de valoração só pode ser realizada mediante unidade de mensura, eis o caráter imprescindível da moeda para a economia de mercado e para possibilidade de emergência de preços genuínos. Em teoria, os próprios preços de mercado não expressam equivalências exatas ou mensuram efetivamente a utilidade. Os preços monetários servem *de referência valorativa* para consumidores e produtores, permitindo que eles racionalizem seus projetos produtivos e planos de consumo. Para os austríacos, sobretudo, isto não quer dizer que os preços de mercado são sempre preços de equilíbrio, ou que os agentes tomam os preços como

---

<sup>7</sup> Segundo Von Mises, “Há necessariamente uma diferença qualitativa entre os vários tipos de trabalho, o que leva a uma valoração distinta de acordo com a diferença nas condições de demanda e oferta de seus produtos [...] Assim, torna-se completamente impossível, em uma comunidade socialista, postular uma conexão entre a importância de qualquer tipo de trabalho para a comunidade e a maneira como será feita a distribuição do produto originado do processo comunal de produção.” (MISES, L. V. *Ibid.* p. 20)

simples dados, e que não podem exercer deliberadamente qualquer influência sobre eles, ou que isto não seja, mesmo, a própria essência da teoria de preços. Não expressando função meramente paramétrica, os preços revelam um *valor objetivo* e um conhecimento representativo dos mercados concorrenciais<sup>8</sup>.

Determinar um *index* universal fundamentado em um critério arbitrário de utilidade não garante afetação racional dos projetos produtivos. Aos olhos da teoria econômica seria a mesma coisa que elaborar unilateralmente uma tabela fixando arbitrariamente valores para bens e serviços de produção, e depois, buscar generalizar tal valoração. A representação numérica de valores por si não quer dizer estritamente nada se esses valores não seguem verdadeiramente e apropriadamente a apreciação social conferida aos mesmos, e que resulta do funcionamento dos mercados e da liberdade de decisão e de ação.

Do ponto de vista da teoria do conhecimento, visto que a utilidade marginal é um elemento puramente abstrato e contido na mente de cada indivíduo, ela não é, por definição, perfeitamente conhecível e transmissível a um órgão recenseando a apreciação pessoal dos indivíduos, sobretudo onde sequer existe ação empresarial e liberdade decisional apontando eventuais esquemas representativos de valoração em utilidade e preços genuínos, como é o caso para os bens de produção em regime socialista. Sobretudo para os austríacos a utilidade tem natureza essencialmente subjetiva. Ela resulta e está indissociavelmente ligada à apreciação conferida pelos indivíduos a cada uma das unidades de meios que dispõem – e no contexto de cada ação concreta onde se vêem envolvidos – para buscar determinados fins. Não é possível observar ou estimar qualquer utilidade alheia ressentida, e conseqüentemente, sentir, observar ou mensurar a utilidade mediante ou através de um órgão centralizador. A utilidade enquanto unidade não serve de *index* para valoração e não permite a solução do problema do conhecimento. Recaimos, então, novamente, no mesmo dilema. Permanece a inviabilidade e irrealizabilidade da reunião por um poder centralmente

---

<sup>8</sup> E é por isto que, sobretudo desde a perspectiva da escola austríaca, toda e qualquer política que promova um sistema econômico visando suprimir – por mais parcialmente e superficialmente que seja – a espontaneidade dos preços acaba suprimindo ou distorcendo um conteúdo informacional que se encontraria neles. Como explicará ulteriormente e mais detalhadamente Friedrich Von Hayek (1968), a concorrência e os mercados envolvem um processo de descoberta onde os preços transmitem informações indo além das meras relações de troca entre mercadorias. Eles transmitem uma espécie de conhecimento incorporando experiências e avaliações subjetivas de inúmeros agentes, informações preciosas que dizem respeito a toda uma cadeia produtiva e cadeia de ações, no tempo. Sinais que transmitem informações sobre a disponibilidade de recursos e sua afetação histórica. Envolvem frequentemente informações e conhecimentos tendo caráter subjetivo, privado, disperso, tácito, e não articulável. Segundo F. A. Hayek: “Utilizing the widely diffused knowledge in a society with an advanced division of labor cannot be based on the condition that individuals know all the concrete uses that can be made of the objects in their environment. Their attention will be directed by the prices the market offers for various goods and services. This means, among other things, that each individual’s particular combination of skills and abilities— which in many regards is always unique—will not only (and not even primarily) be skills that the person in question can recite in detail or report to a government agency. Rather, the knowledge of which I am speaking consists to a great extent of the ability to detect certain conditions—an ability that individuals can use effectively only when the market tells them what kinds of goods and services are demanded, and how urgently.” Ver mais detalhes em: HAYEK, F. A. Competition as a Discovery Procedure. **The Quarterly Journal of Austrian Economics**, v. 5 (3), p. 9:23, 2002 (1968).

constituído de todo conhecimento disperso e produzido a todo instante, conhecimento interminável em constante mudança e em boa parte não transmissível.

### 3. SOLUÇÕES NÃO-TRIVIAIS: SOLUÇÃO MATEMÁTICA, TÂTONNEMENT E O SOCIALISMO DE MERCADO

Diretamente associadas a uma interpretação aparentemente consistente das teorias de semelhança formal entre capitalismo e socialismo<sup>9</sup>, as soluções “matemáticas” para o problema da racionalidade do cálculo econômico marcam a assimilação definitiva da perspectiva teórica baseada em modelos neoclássicos de equilíbrio concorrencial, assim como sua instrumentalização mais acurada para o exame da teoria calculacional miseana. Ao passar das soluções triviais às soluções não-triviais, os teóricos socialistas recuaram quanto ao aspecto meramente secundário de algumas das principais instituições do sistema econômico capitalista, em teoria e na prática. Este reposicionamento envolvia um certo comprometimento em relação à posição de autores marxistas que encontramos ilustrativamente nas soluções triviais, uma vez que assumia-se definitivamente a necessidade da moeda, da concorrência (em determinados segmentos) e dos mecanismos de preços (paramétricos) guiando a alocação racional dos recursos, no tempo. Independentemente de existirem divergências entre os autores austríacos e os socialistas de mercado quanto ao significado e extensão do que cada um desses institutos e conceitos quer dizer – algumas das diferenças, aliás, se marcariam ao longo do debate –, estes institutos são doravante reconhecidamente indispensáveis para o funcionamento do sistema econômico e para a realizabilidade de qualquer proposta teórica minimamente coerente para a racionalidade do cálculo econômico. Restou apenas assumir a questão da natureza fundamental da propriedade privada sobre os bens de produção.

---

<sup>9</sup>A proposta de *similitude formal* resulta de contribuições teóricas de economistas como Friedrich Von Wieser (1851-1926) e Eugen Von Böhm-Bawerk (1851-1914), que buscaram demonstrar que mesmo em economias verdadeiramente socialistas as noções e o que se entende por “valor” e “juros” não deixariam de existir. Essa proposta se fez em detrimento da ideia e pensamento marxista propondo que, não apenas os mercados, mas tudo o que se entendia por valor, preço ou lucro também desapareceria em regime socialista de produção, algo que foi bem lembrado pelo professor Fabio Barbieri [BARBIERI, F. **História do Debate do Cálculo Econômico Socialista**, Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2004, p.13]. O professor Jesús Huerta De Soto (*ibid.* p. 168:170) explicou que: “o argumento *da semelhança formal*, originalmente concebido contra os teóricos socialistas, foi mais tarde utilizado por estes para fugirem ao problema econômico fundamental colocado pelo socialismo (a saber, como é possível que o órgão de planejamento central obtenha a informação relevante e prática de que necessita e que se encontra disseminada na mente de milhões de agentes econômicos). Os economistas caem assim no erro de considerar que o problema consiste apenas na dificuldade prática de resolver numerosos e complexos sistemas de equações, mas sem terem a compreensão de que o socialismo coloca outros problemas de impossibilidade teórica *per se* [...] Embora estas contribuições pretendessem mostrar que as categorias do valor e do juro teriam obrigatoriamente que existir também num regime socialista, o fato de Wieser e, em menor medida, Böhm-Bawerk se basearem em argumentos de equilíbrio nos quais se pressupõe que toda a informação necessária está dada levou a que a sua perspectiva fosse incorporada sem maiores problema dentro do paradigma neoclássico focado no equilíbrio, segundo o qual o problema do cálculo econômico socialista só pode ser entendido como um problema de técnica operacional de resolução de um número muito elevado de equações altamente complexas.”

### 3.1. A Solução Matemática

Em teoria, a solução matemática propõe a formalização algébrica do aparato produtivo com intuito de encontrar um sistema de preços paramétricos satisfazendo optimalidade alocativa em seu sentido paretiano. Primeiramente, isto consiste em utilizar-se das bases walrasianas dos modelos de equilíbrio para elaboração de um sistema de equações representando o aparato produtivo e reagrupando, eventualmente, os principais componentes e indústrias de cada setor. Em seguida, e uma vez que todo o aparato produtivo é devidamente esquematizado e transposto em um sistema de equações, a solução para racionalidade do cálculo econômico no tempo consistiria em assimilar e reunir todas as informações relevantes para resolver continuamente este sistema de equações, o que passaria pelo encontro de um sistema de preços paramétricos e de respostas adequadas em termos alocativos e em equilíbrio, notadamente para os bens de produção. A solução do problema alocativo passaria então pela assimilação da informação relevante de mercado e pela identificação das curvas de procura para cada bem econômico, para que seja possível uma solução de preços para o sistema de equações, de forma a que o nível dos estoques esteja sempre próximo de zero.

Os ajustes do sistema produtivo se fariam através desse sistema de preços paramétricos satisfazendo a resolução matemática para o problema alocativo, de acordo com a tecnologia de produção e em resposta à procura por cada bem ou serviço, da mesma forma que encontramos no modelo de concorrência perfeita e, segundo os teóricos socialistas, da mesma forma que ocorreria em teoria pura no sistema capitalista. Esses preços paramétricos representariam, ao mesmo tempo, o custo marginal e o custo de oportunidade de produção dos bens e serviços, como subentende tradicionalmente a teoria neoclássica. A solução satisfazendo a alocação razoável para os bens de produção é esta que assimila o quanto melhor as preferências demonstradas no mercado de bens de consumo. A harmonia do sistema produtivo e a adequação coordenadora de ambos os setores fica sob responsabilidade do Plano, órgão reunindo toda informação necessária e assimilando a resolução do sistema simultâneo de equações formalizando o problema alocativo da sociedade mediante um vetor de preços paramétricos<sup>10</sup>.

Na prática, a ideia fundamental propõe uma sociedade separando institucionalmente setores de produção e de consumo: a propriedade para os recursos naturais, bens de produção e os bens de comércio passa a ser coletiva<sup>11</sup>, enquanto a

---

<sup>10</sup> Garantindo o “livre mercado” apenas para os bens de consumo, estaríamos aptos a resolver esse sistema de equações e propor uma solução racional para o problema do cálculo, no tempo. Segundo Douglas Dickinson: “Thus the whole thing could be resolved into a set of simultaneous equations, or, since only small deviations from an already established equilibrium need be considered, into a problem in calculus of variations. Given a free market at each end of the chain of production, for finished goods and for productive services, the prices and quantities that would exist if the intermediate goods were sold in a market can, theoretically, be determined.” Ver: DICKINSON, H. D. Price Formation in a Socialist Economy. **The Economic Journal**, v. 43, n. 170, 1933, p. 242:243.

<sup>11</sup> Os próprios autores tendo participado ao debate sobre o cálculo reconheciam essa definição e idealização do projeto econômico socialista, e este foi o caso de Fred M. Taylor. Em seu artigo *The Guidance of Production in a Socialist State*, ele apontava que: “Before starting upon those tasks, we must take a moment to explain just what meaning will attach to the phrase ‘socialist state’ as used in this paper. A state

propriedade sobre os bens de consumo permaneceria privada. A produção dos bens de capital estaria sob total responsabilidade do governo e a gestão da produção hierarquizada centralmente no Plano. Cada indústria e organização produtiva salvaguardaria uma relativa autonomia contábil, no sentido de que organizaria suas contas independentemente, mas a gestão seguiria diretivas de produção afetadas diretamente pelo Plano. O tecido associativo, os sindicatos de assalariados e os representantes do governo formariam os conselhos administrativos das maiores empresas que, eventualmente, se reagrupariam em conglomerados industriais e consórcios, todos submetidos á auditorias e frequentes inspeções pelos órgãos públicos – o que inclui representantes setoriais e regulamentários do Plano ou mesmo entidades responsáveis pela gestão da concessão de crédito, ou do Banco Central. Todos estariam submetidos ás diretivas tecnocráticas da inteligência económica incorporada centralmente no Plano. Não existiria, concretamente, nenhuma diferença na natureza do conhecimento necessário para o funcionamento do aparato produtivo, e nem dificuldade particular para a reunião de toda informação pertinente em um ambiente de total transparência<sup>12</sup>.

### 3.2. O Procedimento de Tentativa e Erro

O procedimento de “tentativa e erro” é um mecanismo derivando do método matemático e consistindo em ajustar – no tempo, e depois das mudanças institucionais transformando a natureza do sistema económico – os processos produtivos e alocativos em função de desproporções e erros envolvendo os níveis dos estoques comparativamente às evoluções da demanda por bens de consumo e de produção, por mais que não saibamos a qual distância o sistema capitalista anterior estivesse do desejado ideal ou de um teórico equilíbrio, ou ainda, por mais que sejam estimadas aproximativamente as valorações iniciais.

Em teoria, o Plano substituiria o papel desempenhado pelo leiloeiro walrasiano no processo de *tâtonnement* e formação de preços de equilíbrio, ajustando todos planos de produção expressos nas equações da economia em função dos sinais enviados por

---

so designated is here understood as being one in which the control of the whole apparatus of production and the guidance of all productive operations is to be in the hands of the state itself. In other words, the state is to be the sole responsible producer, that is, the sole person natural or legal who is authorized to employ the economic resources of the community, its stock or income of primary factors, in producing commodities. As such sole producer, the state maintains exchange relations with its citizens, buying their productive services with money and selling to them the commodities which it produces.” Ver mais em: TAYLOR, F. M. The Guidance of Production in a Socialist State. **The American Economic Review**, v. 19 (1), 1929, p. 2.

<sup>12</sup> Dickinson denominava essa hipótese como “Glass Wall”, ideia de que as empresas seriam transparentes como se fossem feitas de muros de cristal, e que os supervisores do Plano não incorreriam qualquer custo em obter e transmitir as informações necessárias á pilotagem do sistema económico, algo que não ocorreria no sistema capitalista devido a ânsia dos empresários de não divulgar informações relevantes sobre suas empresas e projetos produtivos: “All enterprises work as it were within glass walls [...] Under capitalism, demand schedules are apt to exist in the realm of faith rather than of works, but within the glass walls of a socialistic economy they would become much easier to draw up.” (DICKINSON 1933, *Ibid.* p. 239:240)

compradores e vendedores nos mercados<sup>13</sup>. Na prática, o governo asseguraria inicialmente uma renda monetária aos cidadãos<sup>14</sup> e estabeleceria a contabilidade do sistema produtivo em acordo com os custos de produção, independentemente desses custos representarem ou não inicialmente e verdadeiramente os valores de mercado para os bens e serviços alocados. Os preços paramétricos deveriam ser fixados centralmente e de forma a que encobrissem os custos de produção. O Plano fixaria então uma *tabela de valoração dos fatores* organizando estimações feitas sobre os respectivos valores dos bens de produção, inspirados inicialmente, por exemplo, nos preços de mercado que teriam sido disponibilizados antes das mudanças institucionais pelo sistema capitalista, ou mesmo em estimações aproximativas e fundamentadas nos custos de produção. Com a crescente produção de estatísticas e com a centralização da contabilidade e dos dados relativos aos estoques de bens de consumo e de produção, o Plano poderia pilotar o aparato produtivo e alocar, progressivamente, por tentativa e erro, os investimentos e os bens de produção de forma racional. Com o passar do tempo, o Plano apenas corrigiria os valores da tabela de valoração em função da evolução dos estoques e das oscilações da procura<sup>15</sup>, os preços paramétricos e a determinação

---

<sup>13</sup> Oskar Lange sugere inclusive que o mecanismo de ajustamento é fundamentado exatamente, em teoria, na calibragem desse sistema de preços paramétricos via cópia do procedimento do leiloeiro walrasiano: “The solution by trial and error is based on what may be called the parametric function of prices, i.e. On the fact that, although the prices are a resultant of the behaviour of all individuals on the market, each individual separately regards the actual market prices as given data to which he has to adjust himself. Each individual tries to exploit the market situation confronting him, which he cannot control. Market prices are thus parameters determining the behaviour of the individuals. The equilibrium value of these parameters is determined by the objective equilibrium conditions. As Walras has so brilliantly shown this is done by a series of successive trials (*tâtonnements*)”. Ver: LANGE, O. On the Economic Theory of Socialism: Part One. **The Review of Economic Studies**, v. 4 (1), 1936, p. 53:71. Do lado funcional, como esclareceu Jesús Huerta De Soto (*Ibid.* p. 187): “A forma prática de desenvolver este método consistiria em ordenar aos gerentes e responsáveis dos diferentes setores, indústrias e empresas que transmitissem continuamente ao órgão central de planejamento o seu conhecimento sobre as diferentes circunstâncias da produção em geral e, em particular, as diferentes combinações de fatores produtivos. Tendo em conta a informação que fosse recebendo, o órgão central de planejamento fixaria de forma provisória ou experimental toda uma série de ‘preços’, que seriam comunicados aos gerentes das empresas para que estes estimassem as quantidades que seriam capazes de produzir com os referidos preços e agissem de acordo. A atividade dos gerentes demonstraria a existência de erros, que se manifestariam na escassez (sempre que a procura fosse superior à oferta) ou no excesso de produção (quando acontecesse o contrário). A escassez ou o excesso de uma determinada linha de produção indicaria ao órgão de planejamento central que o preço estabelecido não era correto e que, por isso, deveria ser convenientemente modificado para cima ou para baixo, de acordo com as circunstâncias. E assim sucessivamente até que fosse encontrado o tão procurado novo ‘equilíbrio’. Em resumo, é nisto que consiste o conteúdo do tão “elogiado” método de tentativa e erro.”

<sup>14</sup> De acordo com Taylor, isso passa igualmente pelo mantimento de alguma liberdade no mercado de bens de consumo, o Estado salvaguardando apenas o monopólio para afetação dos recursos e projetos produtivos: “In the case of a socialist state, the proper method of determining what commodities shall be produced would be in outline substantially the same as that just described. That is, the correct general procedure would be this: (1) the state would assure to the citizen a given money income and (2) the state would authorize the citizen to spend that income as he chose in buying commodities produced by the state – a procedure which would virtually authorize the citizen to dictate just what commodities the economic authorities of the state should produce.” (TAYLOR, F. M. *Ibid.* p. 4:5)

<sup>15</sup> Segundo Taylor, a avaliação dos fatores e insumos seguiria exatamente esse padrão, tomando como referência a demanda e os estoques. Desse tipo de avaliação conseguiríamos extrapolar a solução racional

centralizada da afetação dos recursos via diretivas administrativas seriam instrumentos de referência para os ajustes.

Como na solução matemática, as empresas poderiam ser organizadas em trustes ou oligopólios setoriais funcionando sob pressão artificialmente concorrencial. Elas seriam coordenadas por um Banco Central gerindo a moeda, a afetação dos investimentos, a gestão do crédito e a fixação dos juros da economia como um todo, ou em função dos setores de produção. O sistema bancário seria eventualmente composto por outros bancos setoriais que participariam de forma ativa na gestão e fiscalização dos projetos das empresas. Os representantes dos bancos comporiam em alguns casos os conselhos de administração das firmas, ajudando ainda na supervisão das contas dessas empresas organizadas em conglomerados e na determinação das diretivas de produção. Os *lucros* e eventuais *dividendos* remanescentes das atividades fariam objeto de redistribuição a toda sociedade ou a determinados grupos segundo uma afetação pré-estabelecida ou considerada momentaneamente ideal pelo governo e pelo Plano. Não haveria, aparentemente, nenhum obstáculo teórico ou prático para racionalidade do cálculo econômico sob socialismo. Neste caso, a racionalização significa apenas a solução para o sistema de equações e ajustamento progressivo dos preços paramétricos e volumes dos estoques em um ambiente institucionalmente diferente.

### 3.3. O Socialismo de Mercado

Utilizando-se da solução matemática fundamentada em modelos de equilíbrio, no ajustamento alocativo via “método de tentativas e erros” e na proposta de um certo grau de concorrência entre trustes corporativos e oligopólios industriais, as propostas de socialismo de mercado incrementavam proposições de um modelo econômico visando uma espécie de simbiose entre capitalismo e socialismo mediante o uso do aparato neoclássico e em uma “economia de mercado” rigidamente controlada, sem propriedade privada sobre os bens de produção e se inserindo em uma sociedade institucionalmente socialista<sup>16</sup>.

---

para o cálculo: “In other words, a too-high valuation of any factor would cause the stock of that factor to show a surplus at the end of the productive period. If, now, we reverse our hypothesis and suppose that the valuation of a particular factor which appeared in the factor tables was too low, that fact would inevitably lead the authorities to be too lavish in the use of that factor; and this conduct, in turn, would result in making the amount of that factor available for the current productive period smaller than the amount needed during that period at the too-low valuation. In other words, a too low valuation of any factor in the tables would be certain to cause a deficit in the stock of that factor. Surplus or deficit, one or the other of these would result from every wrong valuation of a factor.” (TAYLOR, F. M. Ibid. p. 7:8)

<sup>16</sup> Antes mesmo das soluções mais refinadas de “socialismo de mercado” apresentadas por Douglas Dickinson e Oskar Lange, autores como Karl Polanyi (1922) e Eduard Heimann (1922) já teriam proposto modelos de “socialismo corporativo” funcionando sob tutela governamental, da mesma forma que economistas como Enrico Barone (1908) tentaram descrever como funcionaria um modelo socialista de produção nos moldes de modelos de equilíbrio concorrencial. Essas propostas já haviam sido inicialmente rebatidas por Ludwig Von Mises (1920) e suas críticas seriam complementadas ulteriormente, notadamente por Friedrich Von Hayek (1935). Como veremos pouco mais adiante, elas não respondiam e nem refutavam, verdadeiramente, a teoria miseana do cálculo econômico e nem os questionamentos desenvolvidos pelos austríacos. Infelizmente não existe versão latina ou anglófona para as obras apontadas, faço aqui total confiança ao que foi apresentado pelo professor Jesús Huerta De Soto e as referências de Ludwig Von Mises. Para os estudantes versados no alemão, a bibliografia para as obras onde

Em teoria, o desejo dos autores das propostas de socialismo de mercado não é somente reproduzir o funcionamento do sistema econômico natural, eles buscam melhorar os resultados alocativos dos mercados concorrenciais. A *concorrência artificial* bastaria para que os gestores de todos os monopólios ou consórcios setoriais tivessem objetivos, ideias precisas e interesses diferentes, isto seria suficiente para que seus processos produtivos e os próprios resultados de suas atividades fossem tão concorrenciais quanto o que se produziria espontaneamente e continuamente no mundo real, ou em uma economia capitalista de propriedade privada. De fato, utilizando-se dos desenvolvimentos da teoria econômica neoclássica, da produção de estatísticas, das tecnologias da informação e do tratamento informático de dados, os autores e modelos de socialismo de mercado pleiteavam que se conseguiria reproduzir um sistema alocativo e econômico ainda mais eficiente do ponto de vista do paradigma do equilíbrio maximizador. Admitindo o caráter central dos preços para o funcionamento adequado do sistema econômico, o socialismo de mercado não apresentaria mais dificuldades calculacionais do que o que poderíamos ver nos modelos capitalistas de propriedade privada, lembrando que, nesse caso, se associaria a descrição do sistema capitalista aos modelos neoclássicos de concorrência imperfeita.

Em teoria, o socialismo gozaria das mesmas prerrogativas socioeconômicas que existem no capitalismo, com a vantagem evidente da promoção de um sistema que, na ausência de propriedade privada sobre os meios de produção, permitiria uma distribuição mais igualitária dos rendimentos graças ao planejamento econômico centralizado, e conseqüentemente, a promoção de uma sociedade mais próspera e justa. O socialismo de mercado despreveria, então, o conjunto de modelos teóricos fundamentando-se na solução matemática, no emprego do método de tentativa e erro e, sobretudo, nessa idealização de um sistema alocativo satisfazendo o problema econômico das sociedades mediante propriedade pública dos meios de produção e através da tentativa de transposição dos mecanismos de mercado e do ideal competitivo em um arcabouço institucional socialista: uma busca pelo melhor dos dois mundos. Vejamos, agora, como se articula o funcionamento de um modelo clássico de socialismo de mercado representando a maioria dessas prerrogativas: solução matemática, o *tâtonnement* e a introdução da concorrência artificial via quase-mercados para os bens de produção.

### 3.4. Estrutura do Modelo de Oskar Lange e o Funcionamento do Socialismo de Mercado

Ao apresentar o modelo de Oskar Lange (1936), nosso objetivo é detalhar um pouco melhor a estrutura e o funcionamento do sistema econômico descrito como socialismo de mercado. Isso nos permitirá melhor apreender de que maneira esta proposta pretende ter resolvido o problema da racionalidade para o cálculo, ilustrando o que já dissemos até aqui e facilitando a compreensão dos desenvolvimentos que serão

---

os autores teriam apresentado essas propostas são, respectivamente: POLANYI, K. Sozialistische Rechnungslegung, em: *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, n. 49, p. 377:420, 1922; HEIMANN, E. *Mehrwert und Gemeinwirtschaft: Kritische und Positive Beiträge zur Theorie des Sozialismus*. Berlin: Robert Engelmann, 1922.

apresentados logo em seguida, quando apresentaremos as críticas austríacas às respostas não-triviais da teoria miseana.

Escolhi o modelo de Lange porque, ao lado dos modelos de Abba Lerner (1934, 1935, 1937, 1938)<sup>17</sup>, ele é talvez o mais crucial dentro da história do debate. Ele é considerado um dos mais influentes e este que teria melhor sintetizado a resposta ao desafio de Mises. Curiosamente, a única e verdadeira inovação que propôs Oskar Lange em *On the Economic Theory of Socialism* foi relacionar mais coerentemente os elementos teóricos que apresentamos mais acima ao arquétipo do modelo neoclássico walrasiano: nele assimilam-se elementos da solução matemática, do método de tentativa e erro e o ideal de socialismo de mercado. Depois de Lange, boa parte dos teóricos que se interessaram ao debate e que propuseram novos modelos e desenvolvimentos buscando aprimorar a solução do paradigma calculacional miseano apenas retomaram os argumentos e principais linhas de seu modelo, acrescentando eventualmente contribuições pontuais.

A escolha se deve também pelo motivo de existir alguma aceitação ao nível da Academia desta ideia de que o modelo de Lange seria este que, ao lado da proposta inicial de Enrico Barone (1908) e dos já mencionados modelos de Abba Lerner, teria refutado da melhor forma possível a teoria de Ludwig Von Mises<sup>18</sup>. Para os autores austríacos,

---

<sup>17</sup> Ver: LERNER, A. Theory and Socialist Economy. **The Review of Economic Studies**, v. 2 (1), p. 51:61, 1934; LERNER, A. Economic Theory and Socialist Economy: A Rejoinder, **The Review of Economic Studies**, v. 2(2), p. 152:154, 1935; LERNER, A. Statics and Dynamics in Socialist Economics, **The Economic Journal**, v. 47, n. 186, p. 253:270, 1937; LERNER, A. Theory and Practice in Socialist Economics, **The Review of Economic Studies**, v. 6 (1), p. 71:75, 1938.

<sup>18</sup> Existem grandes controvérsias envolvendo as interpretações que teriam ou deveriam prevalecer sobre o debate do cálculo. Inicialmente, o próprio Oskar Lange teria apontado que Enrico Barone, em seu artigo *Il Ministro della Produzione nello Stato Collettivista*, já havia refutado a teoria de Mises antes mesmo que ela tivesse sido exposta ou formalizada, assim como Lange, o economista italiano utilizara do modelo walrasiano de equilíbrio para expor o funcionamento da produção em um regime socialista. Este artigo foi traduzido para o inglês por Friedrich Hayek e compilado em um livro expondo parte do debate e uma série de desenvolvimentos sobre o cálculo [Ver: BARONE, F. The Ministry of Production in the Collectivist State. Em: HAYEK, F. A. **Collectivist Economic Planning**. Londres: Routledge, 1935]. Outros acadêmicos reconhecidos ajudaram a divagar essa ideia de uma “versão padrão” e uma interpretação unívoca apontando que, se a teoria miseana não teria sido rejeitada por Barone antes mesmo de ter sido formalizada, ela o teria depois dos desenvolvimentos teóricos propostos pelos modelos de socialismo de mercado, notadamente por Oskar Lange. Diretamente associada e igualmente difundida é a versão de que, depois das contundentes críticas apontadas pelos socialistas de mercado, os austríacos teriam progressivamente recuado e passado para uma segunda linha de defesa da teoria miseana, linha esta que teria sido desenvolvida por F. A. Hayek e Lionel Robbins e que estaria associada á dificuldade prática de resolução do problema do cálculo – dificuldade decorrendo da quantidade de equações a serem resolvidas, da variedade de bens e etc. Isto iria no sentido apontando que, em ausência de propriedade privada, a racionalidade para o cálculo seria teoricamente possível mas, na prática, irrealizável, um argumento que, tomando esta direção, teria culminado na interpretação da teoria calculacional miseana segundo o problema hayekiano do conhecimento e seu tratamento como resolução de meras assimetrias informacionais. Essas propostas foram endossadas, por exemplo, pelo historiador e economista Joseph Schumpeter em *Capitalismo, Socialismo e Democracia* [Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1984 (1947)], autor propondo que o problema miseano teria sido resolvido em teoria e na prática, e que a própria eficiência alocativa do sistema socialista não seria menor do que no sistema capitalista. Pascal Bridel (1993) nos oferece um bom exemplo do quanto essa interpretação era praticamente unânime na Academia: “At the risk of hurting some Austrian feelings, and despite strenuous effort by Mises, Hayek and Robbins in the forties and despite the current revival of the Austrian challenge, the majority of the profession remains

notadamente o professor Jesús Huerta De Soto, esta hipotética refutação figuraria entre os maiores fábulas da ciência econômica<sup>19</sup>. Sendo assim, parece importante que conheçamos um pouco melhor a estrutura de seu modelo e a maneira como ele sugere articular e solucionar o problema. Após a apresentação do modelo, tentarei ilustrar esquematicamente em uma figura como se daria, na prática, um ajustamento de preços paramétricos em uma economia planificada.

Para facilitar esta apresentação, retomarei integralmente a descrição e exposição feita pelo professor Fábio Barbieri (*ibid.* p. 104:107) em sua tese de Doutorado, no referido trecho onde ele diseca de maneira bastante abordável toda a estrutura do artigo de Lange. Não existe qualquer necessidade de elaborar um segundo formato de apresentação tendo em vista a clareza de sua exposição. No trecho a seguir, vale notar que o que Barbieri denomina “CPB” (*Central Planning Board*) é o que denomino “Plano”, algo que faz referência à estrutura suprema encarregada da planificação econômica em

---

today practically unanimous in favour of such an interpretation of the Calculation Debate. Like it or not, the Austrian’s argument never managed to win the decisive battle against both market socialism and mainstream economics. Re-reading the contributions to the Calculation Debate in the light of modern economic theory, one realizes however that neoclassical economists sidestepped most of the issues raised by the Austrians. Yet, it does mean that the Austrians convincingly argued for the superiority of unrestrained markets” [Ver: BRIDEL, P. (ed.) *The Socialist calculation Debate after the upheavals in Eastern Europe. Revue Européenne des Sciences Sociales*, v. 31, n. 96, 1993, p. 6]. Bridel ao menos reconhece, nas linhas subsequentes ao comentário supracitado que esta não é, portanto, a maneira que os austríacos interpretam a portabilidade e os resultados do debate sobre o cálculo, mencionando inclusive que os austríacos levam em consideração discrepâncias evidentes que emergiram ao longo do debate entre sua própria percepção dos paradigmas econômicos e de um modelo neoclássico que se consolidava segundo moldes cada vez menos assimiláveis. Donald Charles Lavoie em “A Critique of the Standard Account of the Socialist Debate” [*The Journal of Libertarian Studies*, v. 5, n. 1, 1981] enfatizara também sobre estes dois pontos, ou seja, de que a interpretação prevalecente na Academia foi com frequência contestada pelos austríacos originais e modernos, mas ainda, que o que prevaleceu desde o início foi a dificuldade dos economistas neoclássicos apreenderem verdadeiramente e aceitarem a natureza do desafio apresentado pela teoria miseana, ou o fato de que Mises desde o início não circunscrevia a própria teoria econômica ao paradigma do equilíbrio walrasiano, e que ele nunca fundamentou seu estudo e sua teoria calculacional nessa idealização estática. A interpretação do debate do ponto de vista neoclássico não aceitava, simplesmente, que Mises não se limitava ao arcabouço das teorias de equilíbrio e que a Escola Austríaca tivesse desde sempre apresentado um plano de pesquisa original, e que acabou se desenvolvendo por vezes em paralelo. E isto é natural pois algumas das controvérsias entre ambas afloravam, mesmo, durante o próprio debate, e se arraigavam desde a teoria do conhecimento, passando pela teoria do valor até as referências conceituais instrumentalizadas durante o debate. Indo nesta direção, e esclarecendo ainda melhor esta ideia, encontramos na obra de Jesús Huerta De Soto (1992) um recolhimento importante e que sugere uma interpretação para o debate que é retomada neste artigo, ela aponta que, longe de refutar ou ter demonstrado falsa a teoria miseana, o debate sobre o cálculo é a história de seu sucesso relativo e a evidência das limitações de um arcabouço teórico concebido inicialmente como a nova panaceia para o acesso ao conhecimento econômico, ou como a base epistemológica e metodológica universal e unilateral para o desenvolvimento da teoria econômica, falamos evidentemente do arcabouço neoclássico tradicional e dos modelos de equilíbrio.

<sup>19</sup> “A ideia de que Oskar Lange foi capaz de refutar teoricamente o argumento de Mises contra o socialismo é, possivelmente, um dos maiores mitos na história do pensamento econômico. De fato, tanto os manuais e livros-texto mais conhecidos como praticamente todas as fontes secundárias sobre o debate apresentam, de forma tão categórica quanto superficial, a referida versão mítica segundo a qual Mises foi refutado por Lange. Por sua vez, este mito foi transmitido, sem qualquer justificação ou análise crítica, a duas gerações inteiras de economistas”, lembrou Jesús Huerta De Soto (*ibid.* p. 27).

países socialistas e de economia mista<sup>20</sup>. Tomei a liberdade de colocar em negrito alguns trechos que considero referenciais, eventualmente compilando e triando o que julgo essencial. Adicionei igualmente, entre parênteses e em determinados trechos, símbolos e igualdades matemáticas bem assimiláveis em cursos de microeconomia ( $p=cM$ ;  $cm=pm$ ;  $p=cM=cm$ ), onde “p” descreve preços, “cM” o custo médio e “cm” o custo marginal, são identidades talvez facilitando e familiarizando com as explicações. Após a leitura dessa apresentação, temos convicção que o leitor terá maior facilidade para apreciar as críticas austríacas.

“O artigo de Lange é estruturado da seguinte forma: na primeira parte descreve-se inicialmente, com o auxílio da teoria do equilíbrio geral, como o problema do cálculo seria resolvido nos “mercados competitivos”. Em seguida investiga-se como a obtenção do equilíbrio via leiloeiro walrasiano poderia ser duplicada no socialismo sob a coordenação do CPB. Na segunda parte do artigo, defende-se a superioridade do socialismo e discutem-se problemas da transição. **Ao discutir os “mercados competitivos”, Lange não distingue entre o comportamento das firmas em mercados competitivos reais daquele descrito pela teoria da competição perfeita, fundindo a realidade com sua descrição teórica.** Assim como em Dickinson, o trabalho de Lange reflete a confiança que os primeiros socialistas de mercado tinham sobre a capacidade explicativa da teoria neoclássica.

Ao colapsar todos os aspectos do funcionamento dos mercados reais na descrição teórica da obtenção de preços de equilíbrio entre oferta e demanda, conclui-se que tal equilíbrio pode ser facilmente duplicado no socialismo através do estabelecimento por tentativas e erros de preços fixados centralmente. Lange (1936-7:57) aponta três tipos de **condições necessárias para se estabelecer o equilíbrio em um mercado competitivo** (com livre entrada e número grande de agentes):

(1) **condições subjetivas** – os consumidores maximizam utilidade escolhendo bens de forma a igualar a utilidade marginal de uma unidade monetária em todos os usos; as firmas, ao maximizarem lucros, minimizam custos, o que implica em (a) escolha da combinação de fatores mais barata e (b) escolha da escala de produção de forma a igualar o preço ao custo marginal (decorrente da maximização de lucros) e ao custo médio (fruto da livre entrada); os proprietários de capital, trabalho e recursos naturais maximizam sua renda vendendo seus recursos;

(2) **condições objetivas** – os preços são determinados de forma a igualar demanda e oferta de cada bem;

(3) **condições que expressam as instituições** – a renda de cada

---

<sup>20</sup> A título de curiosidade, o Plano existiu oficialmente na França até o ano de 2006, onde era intitulado Comissariado Geral do Plano (*Commissariat Général du Plan*) e tinha por uma de suas atribuições estabelecer os Planos Quinquenais. Depois de 2006, teve parte de suas atribuições relegadas ao Ministério do Desenvolvimento e foi transformado em Centro de Análise Estratégica.

agente consiste na receita de venda de seus recursos. Quanto às condições subjetivas, sob competição, os preços são parâmetros que determinam o comportamento dos indivíduos (Lange, 1936-7:59). Os indivíduos reagem então passivamente a variações nos preços. Dados os preços de todos os bens, as demandas e ofertas são determinadas. A solução teórica do problema seria então dada pelas condições objetivas que igualam demanda e oferta para um certo vetor de preços, dada a renda de cada agente. Já na realidade, a solução seria obtida por tentativas e erros. Dados preços aleatórios, as condições subjetivas determinam demanda e oferta. Caso não sejam idênticas, “a *competição* dos compradores e vendedores irá alterar os preços”. Na prática, porém, utilizam-se preços históricos.

**Vejamos agora como esse mecanismo, visto como representativo do funcionamento dos mercados, poderia ser replicado no socialismo.** Inicialmente Lange pressupõe liberdade de escolha de consumo e ocupação e propriedade pública dos bens de capital. Só existiriam mercados reais para bens de consumo e trabalho. Os preços destes bens seriam então preços de mercado, no sentido de existir de fato trocas de bens por somas de dinheiro, enquanto os preços dos bens de capital seriam apenas entidades contábeis, parâmetros que devem ser levados em conta nas decisões alocativas das firmas. Dado um conjunto de preços, as “condições subjetivas do equilíbrio” determinam o comportamento dos agentes. Excessos de demanda e oferta indicariam que correções deveriam ser realizadas nos preços até que se obtenha a “condição objetiva do equilíbrio”, igualando-se demanda e oferta. Quanto às condições subjetivas propriamente ditas, os consumidores teriam suas demandas determinadas pelos preços dos bens e pela renda. Os trabalhadores buscariam o emprego que ofereça o maior salário e os proprietários de recursos os vendem para as firmas que possam “responder por esses preços”, segundo as instruções ditadas pelo CPB. Em vez de atuarem de forma a maximizar lucros, como descreve a teoria, as firmas seriam instruídas pelo CPB a seguir duas regras: A primeira regra, que substitui a maximização dos lucros, faz com que os fatores sejam escolhidos de forma a igualar o produto marginal de uma unidade monetária gasta com qualquer insumo ( $cm=pm$ ). A segunda regra substitui a livre entrada, garantindo que o preço seja igualado ao custo médio ( $p=cM$ ). Adicionalmente, Lange afirma (pág. 62) que a primeira regra garante que o preço seja igual ao custo marginal ( $p=cm=cM$ ).

Porém, se além das quantidades de insumos, a firma escolhe ao mesmo tempo o nível de produção que minimiza custos, o preço seria igual ao custo marginal apenas no equilíbrio competitivo. Se a firma seguir a primeira regra proposta, não precisaria observar o preço do produto, mas apenas dos fatores, para escolher a quantidade que minimiza custos médios, de forma que, fora do equilíbrio de longo prazo, ou a firma escolhe a quantidade de forma a igualar o preço ao custo marginal ou

ignora o preço do produto e produz no ponto de custo médio mínimo. **De qualquer modo, os preços – estabelecidos nos mercados no caso de bens de consumo e trabalho, ou fixados pelo CPB no caso de bens de produção – determinariam o comportamento dos agentes.** Lange procura assim reproduzir a característica de preços paramétricos que acredita existir em mercados competitivos. Já que haveria centralização no socialismo, a possibilidade de ganhos de monopólio seria excluída pela imposição dos preços paramétricos como uma regra. “Outro tipo de contabilidade não seria tolerada” (pág. 63). Determinado o comportamento dos agentes, que reagem aos preços paramétricos, o CPB estabeleceria o conjunto de preços que levaria os agentes a fazer escolhas compatíveis entre si. Ao implementar no socialismo o procedimento descrito por Walras, Lange acredita que as funções do mercado seriam então desempenhadas pelo CPB.

[...]

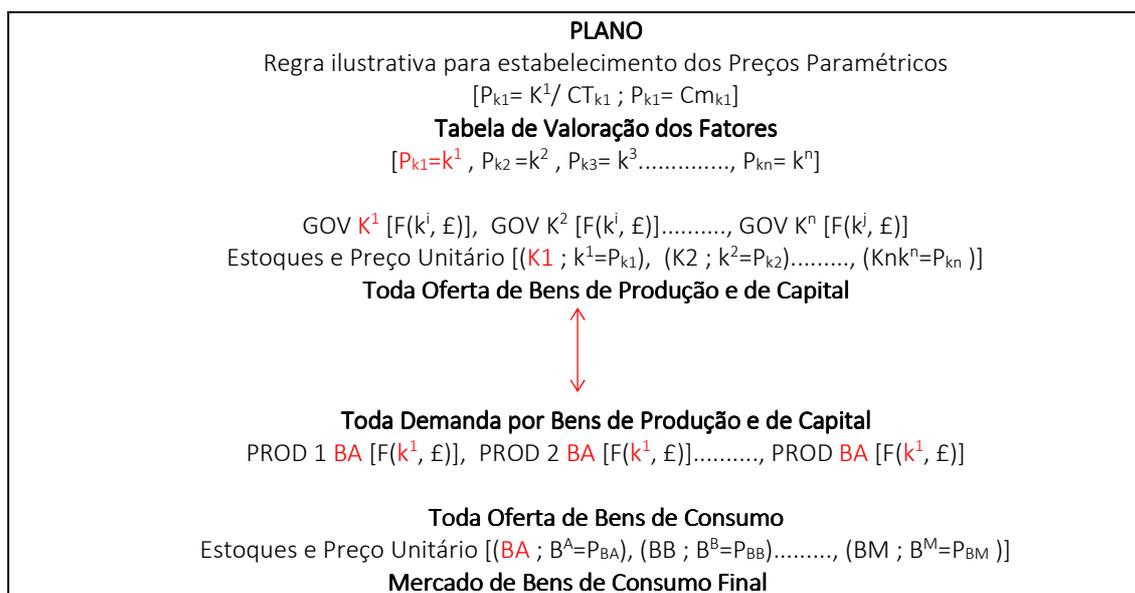
**Dada a solução teórica do problema do cálculo descrita acima, vejamos como Lange imagina que esta possa ser determinada na prática com o auxílio do mecanismo de tentativas e erros proposto por Taylor.** O CPB parte de um conjunto aleatório de preços, que por sua vez determina as ofertas e demandas dos agentes. Excessos de demanda ou oferta levariam a aumentos ou reduções de preços, respectivamente, até que se obtenha o equilíbrio. Partindo-se de preços dados historicamente, Lange acredita que apenas algumas alterações relativamente pequenas seriam feitas ao longo do tempo. Esse mecanismo, segundo Lange, seria o mesmo existente nos mercados competitivos. Pretende-se com a adoção desse mecanismo contornar a objeção levantada por Hayek e Robbins de que seria necessário que o CPB obtenha informações sobre as curvas de demanda e oferta. Os consumidores e administradores das firmas tomariam decisões descentralizadas, sem a necessidade de resolver centenas de milhares de equações. Bastaria que se observassem as quantidades demandadas e ofertadas.”

Essas são as linhas gerais para o entendimento do funcionamento do sistema econômico socialista tal qual Lange propôs em seu artigo original, e então, a regra para racionalidade do cálculo econômico tirada através do arcabouço neoclássico.

Suponha que exista, no mercado de bens de consumo, um excesso de demanda para um bem  $B^A$  empregando trabalho ( $\text{£}$ ) e diversos fatores em sua produção, mas principalmente  $k^1$  (ver ilustração logo abaixo). O conjunto de produtores de  $B^A$  (Prod.  $1_{BA}$  ; Prod.  $2_{BA}$ ...) – ou o único produtor – imediatamente começaria a constatar que seus estoques se reduziram, não obstante, mais rapidamente. Como aprendemos nos manuais de microeconomia, uma acréscimo contínuo da demanda se acompanha de uma pressão sobre os preços, ou *ceteris paribus*, uma tendência à expansão da produção. Tendo então que revisar seus projetos de produção de sorte a responder a esta procura acrescida, os produtores deverão crescer igualmente sua procura sobre o “mercado” de

insumos e bens de produção e de capital, e neste nosso exemplo, imaginemos que o façam unicamente sobre o fator  $k^1$  tão crucial para a produção de  $B^A$ .

Isto teria como consequência a redução dos estoques das empresas produtoras de bens de capital (Gov.  $K_1$ ), estejam elas reunidas em um conglomerado setorial ou em situação de produtor único. Da mesma forma que acontece no setor de consumo, as empresas revisariam no longo prazo suas estimativas de produção, e o Plano ajustaria o preço do bem  $k^1$  de forma correspondente na *tabela de valoração dos fatores*. Não existiria, em teoria e na prática, nenhum empecilho particular ao processo de ajustamento dos preços paramétricos sob socialismo ou que colocasse em questão a racionalidade para o cálculo e o ajuste adequado do sistema alocativo.



#### 4. A ALTERNATIVA AUSTRIACA: PROBLEMA DO CONHECIMENTO E DIFICULDADES PRÁTICAS

Os autores austríacos sugeriram frequentemente que o deslocamento e mantimento da teoria miseana dentro do universo da análise estática dos modelos neoclássicos de equilíbrio não se fez sem consequências. **A primeira crítica austríaca** que destacamos assinalaria a não assimilação do problema econômico fundamental tal qual entendido pelos austríacos, e apontaria o equívoco em reduzir o problema da racionalidade para o cálculo à resolução de um sistema de equações algébricas e simultâneas compondo os modelos de equilíbrio e que representariam o funcionamento concreto da economia planificada. Em teoria, e através da esquematização neoclássica em modelos de concorrência perfeita, considera-se que, uma vez conhecidas e dadas as informações necessárias para a composição do sistema de equações, a solução para o problema da racionalidade do cálculo consistiria, basicamente, em resolver matematicamente esse sistema de equações. Na prática, uma vez recolhidas nos mercado de bens de consumo as informações relativas à procura pelos mesmos, e através da planificação econômica e de mecanismos inspirados no ajuste por tentativas e erro, o Plano estaria perfeitamente em mesura de alocar adequadamente os recursos econômico mediante ajuste de preços paramétricos. No entanto, a não disponibilidade prévia e posterior do conhecimento

relevante e necessário ao contínuo preenchimento do sistema de equações utilizadas para o ajuste e “pilotagem do sistema econômico” pelo Plano conduz os métodos matemáticos e, de forma geral, o “socialismo de mercado”, a recair frequentemente nas mesmas críticas e limitações que anunciamos para as soluções triviais ao problema apontado pela teoria miseana, portanto, com agravantes<sup>21</sup>.

A teoria neoclássica, concebida originalmente para auxiliar no entendimento da mecânica do funcionamento dos mercados foi utilizada para criar e controlar um sistema econômico alternativo baseado em instituições incondicionalmente incompatíveis para com a própria ordem de funcionamento de uma economia de mercado. Trata-se, do ponto de vista metodológico, de um equívoco que consiste em buscar assimilar uma teoria que se pretende explicativa de fenômenos complexos dos processos de mercado – o que é o caso da teoria miseana para o cálculo econômico – através de um arcabouço teórico e metodológico aos seus antípodas ou que, entre outras coisas, restringe a ação humana a um mero paradigma decisional robbinseano em ambiente de acesso irrestrito à informação e de incerteza probabilizável. Como apontou o professor Fabio Barbieri (*Ibid.*, p. 20-25), os teóricos socialistas neoclássicos “tendem a esquecer que a teoria é uma simplificação, acreditando que a realidade é tão simples quanto a teoria descreve. Por isso, a crítica austríaca não será dirigida ao mérito do conjunto de hipóteses adotadas pela teoria neoclássica da concorrência perfeita, mas sim ao seu uso inadequado que não leva em conta as questões metodológicas levantadas mais acima. Tendo em vista a complexidade do problema alocativo, a teoria é útil para *descrever*, em um plano altamente idealizado, o tipo de ajuste necessário para o funcionamento dos mercados, mas não para *construir* um sistema alocativo.”<sup>22</sup> As respostas socialistas cometem então um erro consistindo em confundir o conhecimento científico e prático, ambos tendo natureza radicalmente diferente. As próprias funções de produção são meras representações abstratas da organização da produção, uma interpretação cientificista que considera as empresas como funções ou caixas pretas combinadoras de insumos

---

<sup>21</sup> Como esclarecera F. A. Hayek (1945): “O caráter peculiar do problema de uma ordem econômica racional se caracteriza justamente pelo fato de que o conhecimento das circunstâncias nas quais precisamos agir nunca existe de forma concentrada e integrada, mas apenas como pedaços dispersos de conhecimento incompleto e frequentemente contraditório, distribuído por diversos indivíduos independentes. O problema econômico da sociedade, portanto, não é meramente um problema de como alocar “dados” recursos – se por “dados” entendermos algo que esteja disponível a uma única mente que possa deliberadamente resolver o problema com base nessas informações. Ao invés disso, o problema é de como garantir que qualquer membro da sociedade fará o melhor uso dos recursos conhecidos, para fins cuja importância relativa apenas estes indivíduos conhecem. Ou, para dizê-lo sucintamente, o problema é o da utilização de um conhecimento que não está disponível a ninguém em sua totalidade.” Ver: HAYEK, F. A. The Use of Knowledge in Society. **The American Economic Review**, v. 35 (4), p. 519:530, 1945.

<sup>22</sup> Prossegue Barbieri (*Ibid.* p. 20:25) : “Tendo em vista isso, de um lado da controvérsia teremos um grupo de economistas que negam a natureza complexa dos fenômenos econômicos e evitam a todo custo a discussão de elementos dos mercados que ficam fora do que a teoria descreve e, do outro lado, economistas que apontam os elementos dos mercados reais que seriam essenciais para o seu funcionamento e que no entanto são descartados pela teoria [...] Se a alocação de recursos através dos mercados for de fato um exemplo desse tipo de ordem espontânea complexa a que nos referimos acima, o desafio de Mises requer uma resposta para o problema de substituir o mercado por um outro mecanismo capaz de lidar pelo menos com o mesmo grau de complexidade.”

homogêneos de trabalho e de capital, ignorando as constantes descobertas empresariais e estratégias e esquemas organizacionais presentes nos mercados.

Da mesma forma, o que coloca no mesmo patamar todas as soluções que denominei não-triviais é que, além de todas fazerem apelo ao modelo de equilíbrio concorrencial, nelas recaímos no mesmo equívoco consistindo em fornecer respostas adequadas a perguntas que não foram colocadas, ou que não refletem verdadeiramente os pontos centrais levantados pela teoria miseana. De fato, e sobretudo do ponto de vista do problema do conhecimento, “a pergunta cientificamente relevante sobre o cálculo econômico não é, como pretendem os teóricos socialistas do modelo de equilíbrio, se é ou não possível resolver algebricamente as respectivas fórmulas matemáticas, no caso de toda a informação necessária para elaborá-las estar disponível, mas, pelo contrário, se, do ponto de vista lógico e teórico, é possível obter (sem propriedade e mercados concorrenciais) a informação necessária para formular as equações correspondentes [...] Assim, o problema não é de natureza computacional e não consiste em resolver um conjunto de equações simultâneas de tipo walrasiano (mesmo que tais equações tenham sido formuladas de forma simplificada agrupando, como propõe Dickinson, os bens e serviços mais semelhantes), mas sim o de obter a informação prática subjetiva que só se encontra e cria de forma dispersa, e que é necessária para formular os parâmetros e as variáveis das referidas equações.”<sup>23</sup> As mudanças institucionais advindas com o socialismo implicam que, por definição, mesmo que tivéssemos como recolher toda informação centralmente, ainda teríamos em questão a ausência de um conhecimento empresarial relevante, ou a supressão desse conteúdo informacional essencialmente empresarial e oriundo da livre concorrência nos mercados de bens de produção, conteúdo este que, em boa parte, é sintetizado nos preços genuínos. Não aceitar isto seria o mesmo que dizer que não haveria nenhum problema associado à própria natureza da informação empresarial – ou que esta não apresentaria qualquer diferença para as informações produzidas em um sistema socialista de produção –, e que os preços paramétricos representam o mesmo que preços de mercado, e que o aparato de análise estática presente nos modelos de equilíbrio representa efetivamente o funcionamento dos mercados quotidianos, e que seria compatível com o paradigma da competição enquanto processo dinâmico, contínuo e ininterrupto, ou que a teoria econômica deveria pautar suas diretrizes exclusivamente neste paradigma, e tudo isto para os austríacos é inaceitável.<sup>24</sup>

Depois disso, para os autores austríacos, na ausência de liberdade para ação empresarial, existe forçosamente uma fragilidade teórica e prática patente referente ao

---

<sup>23</sup> DE SOTO *Ibid.* p. 177:179.

<sup>24</sup> “Para a Escola Austríaca, o mercado é um processo de permanente descoberta, o qual, ao amortecer as incertezas, tende sistematicamente a coordenar os planos formulados pelos agentes econômicos. Como as diversas circunstâncias que cercam a ação humana estão ininterruptamente sofrendo mutações, segue-se que o estado de coordenação plena jamais é alcançado, embora os mercados *possam tender* para ele. [...] Mises, por sua vez, sustentava que a principal característica da Escola Austríaca era sua teoria da ação e não uma teoria de equilíbrio ou de inação. Assim, seu objetivo é explicar os preços que são efetivamente praticados no mercado e não os preços que prevaleceriam sob condições que jamais se verificam, como as que servem de apoio às teorias de equilíbrio de mercado. Por isso, ressaltava que devemos reconhecer que sempre estudamos o movimento e nunca um estado de equilíbrio.” IORIO (*Ibid.* p. 82:84)

próprio método de tentativa e erro. Não saberíamos quando as disfunções do aparelho produtivo teriam sido produzidas por inconformidades relativas aos estoques e volumes produzidos – e verdadeiramente pelas mudanças nas curvas de oferta e procura –, ou pela própria ação deliberada e pelos erros calculacionais dos órgãos do Plano – se é que seria possível falar em erros de um tal organismo –, ou seja, pelos próprios equívocos cometidos ao longo do processo estatal de *tâtonnement*. Como lembrou Murray Rothbard, Ludwig Von Mises esclareceu em *Human Action* que esse processo de tentativa e erro funciona unicamente no capitalismo de propriedade privada e nos mercados concorrenciais<sup>25</sup>. De fato, a “solução competitiva” representa uma natureza estritamente anticoncorrencial e também explicitamente contraditória. A idéia geral seria uma mescla de um sistema socialista e capitalista com intuito de promover, em uma economia mista, o espírito concorrenciais, mas as regras para organização e aglomeração das corporações industriais idealizadas por alguns modelos de socialismo de mercado padeceriam de qualquer critério realmente confiável do ponto de vista estritamente econômico e para racionalidade alocativa. Ou seja, isto negligenciaria aspectos puramente econômicos e estrategicamente concorrenciais que encontramos quotidianamente nos mercados verdadeiros e de rivalidade empresarial. O Plano reuniria grupos e processos produtivos de maneira explicitamente anticoncorrencial, ou por decisões de cima pra baixo, e a própria formação de grupos oligopolistas por um órgão monopolista vai irremediavelmente de encontro aos princípios regendo qualquer ideal coerente de competição e coordenação espontânea dos processos organizacionais e produtivos. Não podemos falar em racionalidade organizacional e produtiva quando temos um órgão monopolista que reagrupa setores inteiros da maneira que lhe pareça simplesmente mais conveniente ou pautada em métodos aleatoriamente estabelecidos, como ideia de possibilidade de separação de setores de consumo e de produção.

Em seguida, do ponto de vista da escola austríaca, não deveríamos deixar de mencionar os conhecidos problemas de ordem estritamente prática da solução proposta pelo socialismo de mercado. Primeiramente, para os austríacos, os bens de capital podem representar qualquer etapa intermediária dos processos de produção, e se podemos identificar a localização precisa dentro da uma estrutura produtiva e em função da proximidade da etapa de consumo final, não dispomos de uma régua universalmente aplicável e permitindo saber algo que apenas os indivíduos descobrem de maneira prospectiva e mediante experimentação nos mercados. O que denominam bens de capital envolve um caráter subjetivo e por consequência dependente do emprego que os indivíduos estabelecem e imaginam muitas vezes de forma abstrata, e segundo os casais de meios e fins que escolhem baseados exclusivamente em suas estimativas, informações, avaliações do ambiente, análise de incerteza e das oportunidades que pretendem explorar. Existe uma diversidade de critérios, qualidades, produtos e combinações de produtos, ou seja, a própria definição de capital estabelecida pelo Plano e a seleção do que se considera efetivamente descrever os bens de capital acaba tendo implicações diretas sobre a ação empresarial envolvendo esses bens e serviços de produção, ela é estritamente aleatória ou no mínimo incapaz de reconhecer que isso que

---

<sup>25</sup> Ver: ROTHBARD, M. The End of Socialism and the Calculation Debate Revisited. **The Review of Austrian Economics**, Vol. 5 (2), p. 51:76, 1991.

denominam bens de capital abrange uma gama incontável de bens e se estabelece em função da maneira que os empresários e produtores os empregam dentro de processos produtivos e organizacionais.

Outro ponto importante e que foi desenvolvido de maneira mais aprofundada por Lionel Robbins (1935; 1937) e F. A. Hayek (1935) resume também uma incapacidade de aplicação de tal projeto na prática, ou seja, mesmo assumindo que a informação fosse assimilável e possível de ser tratada centralmente, existiriam dificuldades incontornáveis de atualização dos parâmetros das funções para o ajuste dos preços paramétricos e processos alocativos. Como sugerira Robbins, (1935:151)<sup>26</sup> “Seria necessário desenhar milhões de equações baseadas em milhões de tabelas estatísticas baseadas em muito mais milhões de computações individuais. Quando as equações forem resolvidas, as informações na quais elas se basearam teriam se tornado obsoletas e teriam de ser calculadas novamente.” Estaria o Plano em medida de realizar centralmente ou estabelecer atualizações e ajustar suas funções de produção e projetos alocativos na mesma medida e com a mesma eficiência que milhões de indivíduos ajustam, estimam, experimentam e testam novas formas organizacionais e modos de produção nos mercados? E na verdade isto vem ao mesmo que tentar responder se computadores ultra-potentes poderiam realizar tal tarefa. Obviamente a resposta é negativa, e na verdade a *solução planométrica* ou informática apenas tornaria a solução prática do problema ainda mais irrealizável. Não se pode negligenciar que a própria transmissão e sintetização de boa parte do conhecimento empresarial e conhecimento tácito não é efetivamente transmissível em dados paramétricos, mas ainda, e como sugeriu Robbins, entre o momento em que o Plano computasse as informações e o momento em que as tivesse descoberto as mesmas já se encontrariam obsoletas e uma sucessão infindável de eventos já haveria modificado todo o ambiente e o circuito econômico. Na verdade a informática apenas acrescentaria uma etapa suplementar dentro de um processo ineficiente de racionalização. Nos mercados modernos os computadores servem para informar as modificações feitas quotidianamente nos mercados, eles não servem para *criar* informações de mercado e nem para determinar preços paramétricos, os computadores apenas sintetizam e refletem o que ocorre nos mercados. A existência de computadores e o uso da informática apenas complicaria a substituição do conhecimento empresarial de milhões de indivíduos por dados informáticos que não refletem informações baseadas em experiências pessoais e históricas, nas antecipações subjetivas de cenários econômicos futuros, intuições fundamentadas em um conhecimento prático intransmissível e que só poderia ser sintetizado em preços genuínos. Se a própria passagem dos preços de mercado aos preços paramétricos culmina na perda de um vasto e importante conteúdo informacional, a tentativa de transformar essas informações em dados informáticos acrescenta uma dificuldade ainda mais importante por criar uma etapa suplementar no processo de formação de preços, e não colabora efetivamente para com a questão da resolução do problema do cálculo.

Ainda em um aspecto prático, como sugeriu Jesús Huerta De Soto, a fixação de preços paramétricos em função de custos como método de alocação racional consistiria

---

<sup>26</sup> ROBBINS, L. **The Great Depression**. London: Macmillian &Co. S&M V 5, 1935. Ver também: ROBBINS, L. **Economic Planning and International Order**. London: Macmillian &Co. S&M V 5, 1937.

num raciocínio circular, ou seja, dificilmente se poderá determinar os preços em função dos custos e disto tirar mecanismos alocativos hipoteticamente racionais se os mesmos custos não são – ou não deveriam ser – também outra coisa senão preços de mercado. Os custos jamais deixarão de ter, em última instância, ligação irrevogável com sua natureza subjetiva, isto quer dizer que a resposta do socialismo de mercado veiculada na manipulação da teoria neoclássica pretende alocar racionalmente recursos dos bens de produção através de mecanismos que não remetem efetivamente e diretamente às avaliações subjetivas dos diversos indivíduos sobre um mercado de bens de produção e que só podem ser descobertas mediante processos concorrenciais de mercado. O exemplo clássico remete ao problema das amortizações. A amortização do capital é nada mais do que o valor atual de uma futura série de aluguéis ou preços de serviço de um bem de capital, algo que deve ser estimado antes de se calcular o valor atual do referido bem, logo, antes de se estabelecer sua cota de amortização como componente do custo. E portanto, é impossível determinarmos o preço em função do custo uma vez que o componente de amortização deste bem exige que se faça uma estimativa dos verdadeiros *preços futuros de mercado* ou pelo menos que se ajuste as amortizações segundo as informações obtidas nos bens já comercializados nos mercados. Ou seja, sem mercados e preços para os referidos bens de capital irremediavelmente as estimações das amortizações são tomadas praticamente às cegas, ou segundo métodos irrevogavelmente não confiáveis.

Na prática, **a própria ideia de que os estoques** dos bens de consumo e de capital sozinhos possam servir enquanto referências definitivas para parâmetros alocativos de optimalidade soa pretenciosa aos olhos da escola austríaca. Uma redução dos estoques pode ser momentânea, pode querer dizer diversas coisas e sobretudo pode fazer apelo à estratégia comercial dos empreendedores e empresários, sem que isto passe forçosamente por uma alocação irracional de recursos. Isto se deve pois, como vimos, existem diversos e divergentes pontos de vista concorrenciais que terminam refletindo ações diferentes no mundo empresarial, o próprio conceito de escassez relativa ou excesso relativo estão também intimamente ligados às estimações pessoais e prospecções empresarias feitas por milhões de empreendedores, subjetivamente, em função do que esperam ou das oportunidades que enxergam para criação de valor e riqueza social. O volume dos estoques é parte integrante da gestão das estratégias comerciais e a própria racionalização alocativa que seguem deve ter pauta na liberdade de gestão destes estoques, no tempo.

Finalmente, para os austríacos, longe de apresentarem uma resposta definitiva ao desafio miseano, as soluções encabeçadas pelo projeto de “socialismo de mercado” contornaram de certa forma seu problema central e/ou jamais o abordaram efetivamente, notadamente porque uma abordagem efetiva conduziria os estudiosos a questionar a validade do mantimento do debate dentro dos preceitos metodológicos e epistemológicos do paradigma da teoria neoclássica tradicional. E não sem associação direta, as respostas dos autores socialistas acabaram permitindo uma maior clarificação de algumas diferenças profundas entre os paradigmas austríacos e neoclássicos, e suas particularidades respectivas no campo do estudo econômico.

## 5. OBSERVAÇÕES CONCLUSIVAS

O debate sobre o cálculo econômico não somente sugeriu questionamento sobre a realizabilidade do socialismo, mas ele serviu igualmente de motor para questionamentos relevantes sobre o paradigma dominante da economia e sobre a extensão da validade do arquétipo neoclássico<sup>27</sup>. Isto poderia ser ilustrado pela relevância que a teoria econômica mais recente tem atribuído às teorias modernas dos direitos de propriedade e das instituições, às colaborações teóricas do *Public Choice*, da economia dos contratos incompletos, à questão *managerial* ou às questões burocráticas, por exemplo. As teorias modernas dos direitos de propriedade e alguns de seus resultados empíricos fornecem, inclusive, elementos estimulantes para uma perspectiva institucional da teoria miseana, às vezes indicando diferenças patentes entre os esquemas de regime de propriedade e os eventos socioeconômicos, notadamente sobre os incentivos ou mesmo sobre o ritmo de desenvolvimento. Todos esses campos de pesquisa têm enfatizado alguns dos argumentos austríacos que foram manipulados ao longo do debate. Além dos embates já apresentados introdutoriamente neste trabalho, o debate sobre o cálculo econômico ainda deixa em aberto diversos campos para pesquisa<sup>28</sup>, notadamente sobre o socialismo, e entre eles, os desenvolvimentos sobre o ideal e viabilidade de “socialismo de auto-gestão”, o cálculo econômico em regime de planificação econômica ou regulamentação, a reinterpretção e a análise histórica dos diferentes modos de socialismo, ou mesmo, uma análise ética e filosófica sobre a desejabilidade do socialismo. O fracasso do socialismo, em nossa opinião, encontra ainda hoje explicação no argumento original de Ludwig Von Mises, notadamente sua origem institucional, e certamente, a dificuldade em reconhecer a validade da teoria miseana tem certamente ligação com a necessidade de um desenvolvimento que a teoria econômica ainda deveria percorrer. A teoria austríaca permanece incontestavelmente válida aos nossos olhos, e o debate sobre o cálculo econômico ainda pode render trabalhos estimulantes no campo acadêmico.<sup>29</sup>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIERI, F. **História do Debate do Cálculo Econômico Socialista**, Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2004.

BARBIERI, F.; FEIJÓ, R. **Metodologia do pensamento econômico**. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

---

<sup>27</sup> “What begun as a challenge to conventional views about the feasibility of central planning involved into a debate not only about alternative political and economics institutions, but also about the status and usefulness of neoclassical economic theory itself.” VAUGHN, K. *The Socialist Calculation Debate*. Em: BOETTKE, P. J. **The Elgar Companion to Austrian Economics**, New York: Elgar, 1994, p. 478:484.

<sup>28</sup> Ver mais detalhes em: DE SOTO, J. H. *Ibid.* p. 28.

<sup>29</sup> Em especial, apontamos para a possibilidade de explorar melhor a problemática do conhecimento e dos aspectos epistemológicos e institucionais como maneira de dar seguimento ao debate e de esmiuçar as diferenças entre Mises e Hayek, algo que por falta de espaço não pôde ser abordado aqui, mas que será desenvolvido em outro trabalho.

DE SOTO, J. H. **Socialismo, cálculo económico e função empresarial**. Instituto Ludwig Von Mises Brasil: São Paulo 2013 (1992).

DICKINSON, H. D. Price Formation in a Socialist Economy. **The Economic Journal**, v. 43, n. 170, 1933.

HAYEK, F. A. **Collectivist Economic Planning**. Londres: Routledge, 1935.

HAYEK, F. A. Socialist Calculation: The Competitive Solution. **Economica**, New Series, v. 7, n. 1, p. 125:149, 1940.

HAYEK, F. A. The Use of Knowledge in Society. **The American Economic Review**, v. 35 (4), p. 519:530, 1945.

HAYEK, F. A. **Individualism and Economic Order**. Chicago: The University of Chicago Press, 1948.

HAYEK, F. A. Competition as a Discovery Procedure. **The Quarterly Journal of Austrian Economics**, v. 5 (3), p. 9:23, 2002 (1968).

HAYEK, F. A. **The Fatal Conceit: The Errors of Socialism**. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

HOFF, T. J. B. **Economic Calculation in the Socialist Society**, London-Edinburgh-Glasgow: William Hodge and Company Limited, 1949.

IORIO, U. **Economia e liberdade**. 2. Ed. São Paulo: Forense Universitária, 1997 (1994).

LAVOIE, D. A Critique of the Standard Account of the Socialist Debate. **The Journal of Libertarian Studies**, v. 5, n. 1, 1981.

LANGE, O. On the Economic Theory of Socialism: Part One. **The Review of Economic Studies**, v. 4 (1), 1936.

MISES, L.V. **O cálculo econômico sob socialismo**. Instituto Ludwig von Mises. Brasil: São Paulo, 2012 (1920).

ROBBINS, L. **The Great Depression**. London: Macmillan &Co. S&M V 5, 1935.

ROBBINS, L. **Economic Planning and International Order**. London: Macmillan &Co. S&M V 5, 1937

ROTHBARD, M. The End of Socialism and the Calculation Debate Revisited. **The Review of Austrian Economics**, Vol. 5 (2), p. 51:76, 1991.

VAUGHN, K. The Socialist Calculation Debate. Em: BOETTKE, P. J. **The Elgar Companion to Austrian Economics**, New York: Elgar, 1994, p. 478:484.